

Governo vai cortar investimentos

GAZETA MERCANTIL

27 SET 1996

Receita superestimada pode levar a redução de gastos em 1997

por Lílíana Enríqueta Lavoratti
e Maysa Previdello
de Brasília

A queda da inflação em ritmo maior do que o esperado poderá levar o governo a cortar gastos de investimentos e custeio no próximo ano devido à superestimativa da arrecadação de impostos e contribuições federais, que deverá chegar a 4% do total previsto na proposta de Orçamento da União – de R\$ 177 bilhões. O governo já usou essa saída neste ano, quando as receitas estimadas ficaram bem acima das realizadas em consequência do mesmo problema: taxas de inflação menores que as projetadas.

Mesmo que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 5% – isto é, acima dos 3,9% considerados para a elaboração do Orçamento de 1997 –, reduzindo as perdas de receitas, as previsões do governo dificilmente vão se realizar, de acordo com estudo da Assessoria da Comissão do Orçamento e Consultoria de Orçamento do Senado. A proposta orçamentária enviada ao Congresso pelo Ministério do Planejamento foi feita com base na projeção de inflação de 10,6% no próximo ano. O próprio governo já admite que em 1997 a inflação não vai ultrapassar 8%, de acordo com estimativas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A redução da inflação além do esperado pelo governo deverá piorar ainda mais o quadro de arrecadação federal, já revisto duas vezes neste ano pela Receita Federal. A previsão inicial era de uma receita de R\$ 115 bilhões, reestimada para R\$ 96 bilhões e, mais recentemente, admitida em R\$ 93 bilhões – mesmo valor real da arrecadação do ano passado, segundo dados da Receita Federal. De janeiro a agosto, a queda real acumulada foi de 1,53%. O orçamento deste ano embutiu uma inflação de 12%, quando a taxa anual deverá ficar entre 9% e 10%.

Para elaborar a proposta orçamentária de 1997, foi utilizada a

taxa de inflação de 0,69% e 0,77%, respectivamente, para agosto e setembro deste ano. A projeção não se confirmou. No mês passado, a inflação foi de 0,34%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), e a previsão para setembro é de um índice negativo. A arrecadação no segundo semestre deste ano também depende da confirmação do crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) – para resultar em uma taxa de 2,8% no ano. Se esse número não for alcançado, fatalmente se espelhará no montante de tributos recolhidos pela União.

A perda na arrecadação, no entanto, poderá ser compensada, em parte, pelo PIB acima dos 3,9% considerados na proposta orçamentária. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, chega a

afirmar que acredita num aumento do PIB no próximo ano da ordem de 5%. Para isso, o governo conta com a trajetória de queda das taxas de juro, com o incremento às exportações e também com o aumento dos investimentos externos diretos – que neste ano superaram os R\$ 5,3 bilhões.

A saída do governo para adequar os gastos à queda das receitas é o corte de despesas de custeio, pessoal e investimentos. No caso dos investimentos, a proposta aprovada pelo Congresso previa aplicação da ordem de R\$ 8,9 bilhões. No entanto, em maio, o governo cortou esse valor para algo em torno de R\$ 4,5 bilhões. Até julho, porém, desse total só foram executados R\$ 600 milhões. Para o pagamento de pessoal, foram destinados R\$ 39,7 bilhões. Até junho último, haviam sido gastos R\$ 19 bilhões.